

## Disciplinas/ementas

<p><b>Eixo Introdutório – 30 h/a</b></p> <p><b>O papel do Poder Judiciário diante dos desafios impostos para superação do estado de coisas inconstitucionais que caracterizam o Sistema Prisional Brasileiro</b></p> <p>Fundamentos da perspectiva punitivistas no Brasil e no Mundo: Sanções penais alternativas, seletividade penal e expansão da malha punitiva.</p> <p>Ementa: Encarceramento no contexto nacional e internacional. Normas e experiências internacionais na redução do encarceramento; Sanções penais alternativas: seletividade penal e expansão da malha punitiva. Criminologia e filosofia crítica.</p>	
<p><b>Eixo 1 Audiência de Custódia: dos Fundamentos à Prática Qualificada – 130 h/a</b></p>	
<p><b>Fundamentos internacionais e nacionais da audiência de custódia</b></p> <p>Ementa: Tratados internacionais de direitos humanos; Salvaguardas internacionais do devido processo legal na justiça criminal; Resolução CNJ n. 213/2015; ADPF 347 e o estado de coisas inconstitucional do sistema prisional; Introdução aos novos parâmetros nacionais (Manuais CNJ).</p>	<p>15 h/a</p>
<p><b>Garantias ligadas à realização da audiência de custódia</b></p> <p>Ementa: Garantias básicas e condições adequadas de apresentação da pessoa custodiada; Súmula Vinculante nº 11 do STF e o uso de algemas e outros instrumentos de contenção; Insumos básicos; Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (APEC); Atendimento social prévio, escuta qualificada e relatório informativo de condições pessoais e sociais; Exame de corpo de delito cautelar.</p>	<p>30 h/a</p>
<p><b>Tomada de Decisão - Parte I: Flagrante, indícios de tortura e maus-tratos e tipificação da conduta</b></p> <p>Ementa: Parametrização jurídica; Aspectos formais do flagrante e saneamento de irregularidades – Etapa zero; Licitude do flagrante e abordagem policial: oitiva de relato de tortura ou maus-tratos, avaliação do registro médico e outros registros e informações complementares, repercussões para a tomada de decisão - Etapa 1; Hipóteses de prisão em flagrante e crime impossível; Tipificação da conduta e reconhecimento de excludente de ilicitude – Etapa 2.</p>	<p>40 h/a</p>
<p><b>Tomada de Decisão - Parte II: Medidas Cautelares e possíveis medidas judiciais, protetivas e não judiciais</b></p> <p>Ementa: Medidas cautelares: requisitos e funções; Avaliação da necessidade de aplicação de medida cautelar – Etapa 3; Avaliação da adequação da medida cautelar: condições pessoais, contextos de vida, gravidade do crime e circunstâncias do fato - Etapa 4 parte 1; Tipos de medidas cautelares diversas da prisão e fases para determinação da medida mais adequada – Etapa 4 parte 2; Decretação da prisão provisória e substituição por prisão domiciliar - Etapa 5; Atendimento social posterior à audiência de custódia e articulação com a rede de proteção social; Acompanhamento da medida cautelar diversa da prisão pelos serviços do Poder Executivo (CIAP e CME); Avaliação da adequação de medidas judiciais de determinação de apuração de relato ou outros indícios de tortura e maus tratos, bem como de medidas protetivas e não judiciais para atendimento médico e psicossocial nesses casos.</p>	<p>45h/a</p>
<p><b>Eixo 2 Alternativas ao Encarceramento: as múltiplas respostas da jurisdição penal – 100 h/a</b></p>	

<p><b>Alternativas Penais: Postulados, princípios e diretrizes</b>  Ementa: Histórico das alternativas penais no Brasil e no mundo; Princípios, modalidades e base legal; Acompanhamento das alternativas penais pelas Varas Criminais e Centrais Integradas de Alternativas Penais (CIAP).</p>	15h/a
<p><b>Modalidades de Alternativas Penais</b>  Ementa: Transação Penal e Acordo de Não Persecução Penal; Medidas cautelares previstas no art. 319, I a VIII do CPP; Penas restritivas de direitos; Suspensão condicional do processo e da pena; Medidas protetivas de urgência.</p>	35h/a
<p><b>A Justiça Restaurativa no âmbito do Sistema de Justiça Criminal</b>  Ementa: Fundamentos da justiça restaurativa: Origem histórica e os princípios que orientam as práticas; Justiça restaurativa no sistema penal brasileiro; Metodologias de justiça restaurativa; política institucional da justiça restaurativa com base nas diretrizes das Resoluções 225/2016 e 300/2019 do CNJ.</p>	20h/a
<p><b>Modalidades restritivas de liberdade: monitoração eletrônica e prisão domiciliar</b>  Ementa: Fundamentos da monitoração eletrônica no Brasil e no mundo; Modalidades para aplicação da monitoração eletrônica; Adequação às condições pessoais e sociais da pessoa monitorada; Tratamento de incidentes; Proteção de dados pessoais; Balizas para aplicação da prisão domiciliar e seus efeitos sobre as pessoas afetadas; Relação da prisão domiciliar com outras medidas não privativas de liberdade e adequação individualizadas do regime de cumprimento.</p>	30h/a
<b>Eixo 3 Controle da Superlotação Carcerária pelo Poder Judiciário – 60 h/a</b>	
<p><b>Gestão pública da política penal: governança, arranjos institucionais, financiamento, orçamento e custos</b>  Ementa: Política penal: governança e controle social; Papel dos entes federados; arranjos institucionais; inter institucionalidade e interdisciplinaridade; Financiamento, orçamento e custos. Papel do Poder Judiciário na gestão dos recursos públicos.</p>	15h/a
<p><b>Regulação de vagas prisionais: fundamentos jurídicos, princípio do <i>numerus clausus</i> e estratégias para o controle da superpopulação carcerária</b>  Ementa: Princípios para gestão de vagas penais pelo Poder Judiciário sob o <i>numerus clausus</i>; Conceitos de vaga penal, capacidade máxima real e superlotação; Ferramentas para gestão de vagas penais; pontos-chaves para a tomada de decisão e implementação prática de uma política de controle da superlotação.</p>	15h/a
<p><b>Regulação de vagas prisionais: ferramentas e modelos de gestão</b>  Ementa: Correlação entre a política criminal, política judiciária e política penal com foco na gestão pública; Governança centralizada e descentralizada das vagas penais no contexto de superlotação carcerária; Articulação com outras políticas não privativas de liberdade.</p>	30h/a
<b>Eixo – Metodologia- 40 h/a</b>	
<p><b>Metodologia Científica – Elaboração de Artigo Científico</b>  Ementa: Elaboração de trabalhos acadêmicos, normas ABNT; Pesquisas: tipos, estrutura, objetivos; métodos e técnicas.</p>	40 h/a
<b>Total Geral do Curso</b>	<b>360 horas</b>

## Objetivos

- analisar os pressupostos fáticos e epistemológicos sobre os quais se fundam esse curso, refletindo sobre o histórico do encarceramento, a perspectiva da criminologia crítica, o uso excessivo da prisão e sua seletividade, a expansão da malha punitiva;
- identificar normativas e experiências internacionais de redução do encarceramento;
- analisar os diferentes enfoques (sociológico, jurídico, antropológico e psicológico) que apoiam os estudos relativos à audiência de custódia e prisão provisória correlacionada aos direitos humanos;
- considerar os subsídios teóricos e práticos analisados aplicados na tomada de decisões e na efetivação das garantias e direitos da pessoa custodiada;
- impulsionar o alcance das finalidades da audiência de custódia, quais sejam: controle de legalidade da prisão, análise qualificada da necessidade e adequação da imposição de medidas cautelares, prevenção e combate a tortura e maus-tratos, encaminhamentos a programas e políticas de proteção e inclusão social da rede pública;
- promover maior visibilidade às múltiplas possibilidades de alternativas penais, em suas mais variadas modalidades;
- impulsionar atenção especial à justiça restaurativa no âmbito do sistema de justiça criminal e às modalidades restritivas de liberdade tais como monitoração eletrônica e prisão domiciliar;
- ampliar e desenvolver habilidade técnica com vistas a participação mais ativa na gestão de vagas penais direcionada ao controle da superlotação;
- ampliar conhecimento em torno da governança interinstitucional, gestão pública, orçamento e custos da política penal, a fim de cultivar competência para uma administração prisional que preze pelos direitos e garantias constitucionais.

Apoio:



FAZENDO JUSTIÇA



Realização:



Escola Nacional  
de Formação  
e Aperfeiçoamento  
de Magistrados



CONSELHO  
NACIONAL  
DE JUSTIÇA